

# ESCLARECENDO TERMINOLOGIAS: AS NOÇÕES DE TERCEIRO SETOR, ECONOMIA SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA POPULAR EM PERSPECTIVA

Genauto Carvalho de França Filho

Doutor em sociologia, mestre e graduado em administração. Professor da Escola de Administração da UFBA e do seu Programa de Pós-graduação (NPGA) e pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (NEPOL). genauto@ufba.br

## RESUMO

**E**ste texto propõe uma apreciação conceitual dos termos Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular. O objetivo é esclarecer a fronteira, em termos de significado particular, entre estas várias noções. Parte-se do pressuposto segundo o qual a compreensão precisa de cada termo implica em reconhecer o discurso específico elaborado em torno deles. Para tanto, a discussão proposta assume como relevante o conhecimento do próprio contexto ou lugar socio-histórico onde foram formulados cada um destes conceitos.

Palavras-chaves: Terceiro Setor, Economia Solidária, Economia Popular e Economia Social.

## RESUMÉ

Ce texte propose un débat conceptuel autour des notions de tiers secteur, d'économie sociale, d'économie solidaire et d'économie populaire. Le but est de cerner les frontières entre chaque terme, en ce qui concerne leur signification particulière. On assume comme pressupposé de discussion le besoin de reconnaître les discours spécifiques formulés autour de chacune de ces termes. Pour

cela, ce texte considère comme fondamentale l'approche du contexte ou du lieu socio-historique où sont formulés chaque'une de ces catégories.

Mots-clé : Tiers Secteur, Economie sociale, Economie Solidaire e Economie Populaire.

## INTRODUÇÃO

Se levantássemos uma indagação acerca do que existe em comum entre as expressões terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular (e poderíamos acrescentar ainda aquela de economia informal), talvez a resposta mais evidente fosse sua referência a um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado. Esses vários termos fariam assim alusão a um espaço de sociedade recentemente percebido também como lugar de produção e distribuição de riqueza, portanto como mais um espaço econômico, isto é, lugar de geração de emprego e renda. Entretanto, quando nos perguntamos sobre a distinção entre essas noções, dificilmente alguma certeza aparece possível como resposta.

De fato, as confusões terminológicas em torno destes termos parecem abundantes nos modos comuns pelos quais são percebidos, seja no debate acadêmico (que ainda encon-

tra-se incipiente a esse respeito, pela ausência de um número maior de pesquisas mais exaustivas sobre esse assunto), ou mesmo, e principalmente, fora dele. Em meio a tal confusão, o termo terceiro setor tem aparecido com mais destaque publicamente, dada sua vulgarização tanto na mídia quanto nos mais diversos fóruns institucionais, não só no plano nacional como também internacionalmente<sup>1</sup>. Não sem razão, ao designar um vasto conjunto de organizações que não dizem respeito nem ao setor privado mercantil, nem ao setor público estatal, a expressão terceiro setor adquire um alcance tão ampliado que tendemos a rebater sobre seu significado o sentido de alguns termos aparentemente correlatos, tais como economia solidária ou economia social. Um tal modo de percepção representa sem dúvida um equívoco, pois não permite precisamente a apreensão do significado específico que comporta cada uma dessas noções.

<sup>1</sup> Neste plano internacional, vale ressaltar que esta expressão constitui inclusive, mais recentemente, a definição adotada também pela Comissão Européia, através do emprego do termo *troisième secteur*, que inspira-se de trabalhos italianos, particularmente aquele de C. Borzaga, *Il terzo sistema : una nuova dimensione della complessità economica e sociale*, Padoue, Padova Fondazione Zancan, 1991; conforme nos lembra B. Eme et J.-L.Laville (2000a).

Com efeito, diferenças importantes subjazem as noções de terceiro setor, de economia solidária, de economia social e de economia popular (e estenderíamos ainda aquela de economia informal), relacionadas não somente a diferentes contextos sociopolíticos de emergência de cada termo, mas também à interpretações distintas acerca do papel à desempenhar por estas práticas/experiências/iniciativas na sociedade, especialmente no que se refere ao lugar que elas devem ocupar em relação as esferas do Estado e do mercado. Dito de outro modo, as diferenças entre esses termos estão relacionadas a construção de um discurso próprio (a cada um deles). Tais discursos vinculam-se, evidentemente, aos seus respectivos contextos específicos de realidade. Importa portanto entender em que lugar sócio-histórico se constroem essas categorias e qual significado particular acompanha a origem dessas formulações/conceitos/noções. Essa é, ao nosso ver, uma condição indispensável, para o entendimento das diferenças entre esses termos. Examinemos portanto, a seguir, cada uma dessas noções buscando sublinhar o tipo de formulação discursiva sugerida, que encontra-se associado a contextos específicos de sociedade: respectivamente, aqueles da América do Norte, da Europa e da América Latina.

## O TERCEIRO SETOR – UMA NOÇÃO CARA AO CONTEXTO NORTE-AMERICANO

O termo terceiro setor, por exemplo, é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela idéia de filantropia. Esta abordagem anglosaxônica identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos (*non-profit organizations*). Enquanto formato jurídico, o *non-profit sector*, também conhecido como *voluntary sector*, é particularmente ligado ao contexto norte-americano, onde a relação a uma tradição de Estado social não aparece

como primordial na sua história. Através deste termo, a ênfase fundamental é colocada sobre certas características organizacionais específicas, observadas sob um ângulo de visão funcionalista. Tal como consideram Salomon e Anheier (1992), no interior deste campo (*non-profit sector*), as organizações apresentam cinco características essenciais: elas são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária.

Ao acrescentarmos a esses cinco critérios dois outros – as organizações não devem ser políticas (no sentido restrito do termo, isto é, excluem-se os partidos políticos) e nem confessionais (ou seja, excluindo-se todo gênero de organizações religiosas) – obtemos a nomenclatura comum de classificação do terceiro setor conhecida através da sigla ICNPO (*International Classification of Non-Profit Organizations*). Fora justamente esta nomenclatura que serviu de base à pesquisa internacional dirigida sobre o terceiro setor pela Fundação John Hopkins no início os anos 90, tendo compreendido 13 países entre os quais o Brasil. O trabalho de Fernandes (1994) constitui a parte brasileira desta pesquisa. Este autor revela os limites de uma tal definição para pensar a realidade de um terceiro setor

latino-americano, que aparece extremamente heterogêneo na sua configuração<sup>2</sup>. Sua crítica reside, de modo específico, na desconsideração do critério da informalidade (isto é, da não institucionalização das iniciativas), o que leva esta noção de terceiro setor a perder de vista um largo campo de iniciativas que desempenham um papel fundamental junto a amplas fatias da população de países como o nosso. O termo terceiro setor portanto, dentro dessa filiação anglo-saxônica, refletiria apenas a ponta do *iceberg* que representa este «mar» de iniciativas não governamentais e não mercantis na América Latina.

Portanto, a interpretação do terceiro setor via literatura anglo-saxônica, que é dominante, funda uma verdadeira abordagem específica deste termo, onde sua existência é explicada principalmente “pelos fracassos do mercado quanto a redução das assimetrias informacionais, como também pela falência do Estado na sua capacidade à satisfazer as demandas minoritárias”<sup>3</sup>. Vale ressaltar ainda que esta argumentação é desenvolvida sobretudo por economistas de inspiração neo-clássica<sup>4</sup>, cujos pressupostos representam o suporte fundamental de uma visão liberal em economia. Nesta perspectiva, o terceiro setor aparece como uma esfera compartimentada, suplementar, *vis-à-vis*

2 Tanto é assim, que pensar um terceiro setor latino-americano implica em ultrapassar a nomenclatura ICNPO. Pensando no caso brasileiro, Fernandes sugere quatro segmentos principais constitutivos do terceiro setor no nosso país, reunindo organizações das mais diversas. São eles: as formas tradicionais de ajuda mútua; os movimentos sociais e associações civis; as ONGs; e, a filantropia empresarial.

3 Estas são sobretudo as explicações de H.Hansmann («Economic theories of nonprofit organizations», in *The nonprofit sector. A research handbook*, w.w.Powell (éd.), New Haven, Yale University Press, 1987) e de B.A.Weisbrod, *The nonprofit economy*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1988), resumidas por Eme e Laville, 2000, op. cit., p.166, que se apoiaram sobre os trabalhos de J. Lewis, «Le secteur associatif dans l'économie mixte de la protection sociale», in *Produire les solidarités. La part des associations*, Actes du séminaire organisé par la MIRE-Rencontres et Recherches - avec la collaboration de la Fondation de France -, Paris, MIRE, 1997) e de M. Nyssens *Comment les théories économiques expliquent les raisons d'être des associations: une synthèse*, Séminaire de formation pour les dirigeants associatifs, Institut d'Etudes Politiques de Paris, 1998, (ronéo). Eme e Laville insistem neste trabalho sobre a necessidade de ultrapassar a abordagem funcionalista do terceiro setor, discutindo outras abordagens que atribuam ênfase sobre “o caráter fundamentalmente aberto, pluralista e intermediário do terceiro setor”. Esta preocupação com a fundação de uma nova abordagem do terceiro setor é retomada pelos mesmos autores em Eme e Laville (2000b).

4 Ver a este respeito, Nyssens, Marthe, «Les approches économiques du tiers secteur – Apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néo-classique», in *Sociologie du Travail*, n.4, vol.42, octobre-décembre 2000.

## “... na Europa a relação com o Estado social é constitutiva das experiências associativistas...”

do Estado e do Mercado. Ele é portanto considerado como um setor à parte que viria ajustar-se funcionalmente as duas formas históricas que constituem o Estado e o Mercado. É portanto dentro desta perspectiva de interpretação que o termo terceiro setor aparece, em alguns casos, como justificacão ideológica do desengajamento do Estado em termos de açã pública.

### O CONTEXTO EUROPEU – A ECONOMIA SOLIDÁRIA *VERSUS* A ECONOMIA SOCIAL: UM PASSADO COMUM E UM PRESENTE DISTINTO

Já as noções de economia solidária e economia social, enquanto formulação, se inscrevem num contexto europeu mais geral, e francês em particular. Em contraste, no que se refere a noção de terceiro setor (tipicamente norte-americana), na Europa a relação com o Estado social é constitutiva das experiências associativistas, conforme nos lembra Laville<sup>5</sup>. Esta é a razão segundo a qual (pondera este autor) pensar a idéia de um terceiro setor na Europa implica ultrapassar sua compreensão enquanto “compartimento suplementar da economia”, para enxergá-lo como “um elemento que esta em interação histórica constante com os poderes públicos”. Reside aí o papel importante que pode desempenhar estas iniciativas solidárias na sua capacidade a contribuir sob a forma de novos modos de regulacão da sociedade, pois elas são

capazes de gerar formas inéditas de açã pública, tal como ocorrera no passado.

Sobre este aspecto parece sempre oportuno lembrar-mos o fato de que foram exatamente as experiências associativistas na primeira metade do século XIX na Europa (em particular, as chamadas sociedades de socorro mútuo) que primeiro conceberam a idéia de uma proteçã social. Ou seja, o embrião (em termos de idéia) da concepção moderna de solidariedade via a funçã redistributiva do Estado conforme exprime o sistema previdenciário estatal, encontra-se exatamente em algumas práticas de economia social iniciadas na primeira metade do século XIX na Europa, que foram portanto, mais tarde, apropriadas pelo Estado.

### UM POUCO DE HISTÓRIA ...

De fato, contrastando com a noção de terceiro setor, a noção de economia social, e igualmente aquela de economia solidária, são herdeiras de uma tradiçã histórica comum fundamental. Esta, relaciona-se com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que fora traduzido numa dinâmica de resistência popular, fazendo emergir um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperaçã e da associaçã. Isto precisamente em razã do fato de que a afirmaçã da utopia de um mercado auto-regulado neste momento histórico gerou um debate político sobre a economia ou as condições do agir econômico. Um debate que fora particularmente incitado por estas iniciativas associativistas, que ao recusarem a autonomia do aspecto econômico nas suas práticas face aos demais aspectos (social, político, cultural, etc.), ficaram mais conhecidas sobre a rubrica de economia social. Assim como, ao simbolizarem na sua prática um ideal de transformacão social que entretanto não passava pela tomada do poder

político via aparelho do Estado (mas sim pela possibilidade de multiplicacão das experiências e com isso se colocava o horizonte de construçã de uma hegemonia no modo mesmo como se operava a economia, isto é, no modo mesmo como se reproduzia as condições de produçã), tornaram-se também conhecidas sob a expressã de socialismo utópico. Vale lembrar que esta expressã vulgariza-se no discurso marxista para fazer oposiçã a uma outra: socialismo científico. Ambas as expressões refletindo assim dois modos distintos de conceber a transformacão do sistema capitalista.

Importa precisar que a dimensã política (ou esse aspecto da luta política), própria as experiências de economia social na sua origem, dizem respeito a questã do direito ao trabalho. Isto porque o conjunto de iniciativas gestadas no seio desta economia social nascente aparecem como alternativas, em termos de organizaçã do trabalho, àquela proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituída pelo princípio econômico que começava a tornar-se hegemônico imposto pela empresa capitalista nascente. As condições de pauperizaçã que marcava a vida de amplas parcelas da populaçã na Europa neste momento, deviam-se a super-exploraçã do trabalho neste contexto de nascimento do capitalismo, bem como ao desemprego de massa<sup>6</sup>.

Compreendidas portanto como iniciativas oriundas dos setores populares, combinando ao mesmo tempo na sua açã organizacional uma dimensã social e uma dimensã econômica sob um fundo de luta política

5 *Rencontre débat avec J.-L.Laville - autour de l'économie solidaire et sociologie de l'association*, in Revue du GERFA (Groupe d'études et recherche sur le fait associatif), nº1, Paris, printemps 2000, p.113.

6 Sobre essa temática da super-exploraçã do trabalho e das condições de vida da classe operária nos primórdios do capitalismo, existe uma ampla literatura de historiografia sociológica disponível ao leitor, sobretudo aquela dos autores marxistas.

ca, estas experiências modificam aos poucos o conteúdo de sua prática, ou seja, mudam de fisionomia ao longo da história. Isto precisamente em razão de um forte movimento de especialização e de profissionalização gestonária que se funda sobre lógicas funcionais impostas pelos poderes públicos ou emprestadas da esfera mercantil. Isto porque as ações empreendidas através desta dinâmica associativista ganharam progressivamente reconhecimento da parte dos poderes públicos, o que resultou na elaboração de quadros jurídicos que, ao passo que conferia existência legal as iniciativas, também contribuía para separar o que o movimento associacionista original queria reunir (Laville, 2000). É nesta dinâmica que aparecem os estatutos de organização cooperativa, mutualista e associativa. Esta fragmentação da economia social em estatutos jurídicos específicos, consolida-se aos poucos durante a segunda metade do século XIX e na passagem ao século XX, refletindo neste movimento a tendência ao mesmo tempo a separação jurídica e a integração dessas organizações ao sistema econômico dominante. As cooperativas inserem-se assim amplamente na economia mercantil, ocupando principalmente aqueles “setores de atividade nos quais a intensidade capitalística permanecia fraca” (Laville, 2000:532), e as organizações mutualistas são quase que incorporadas a economia não mercantil praticada pelo Estado. Essa dinâmica organizacional reflete portanto, do ponto de vista interno, a própria mudança no perfil dos quadros que a constituem: de militantes políticos, fortemente embalados pelos ideais de um movimento operário vigoroso, assiste-se pouco à pouco a presença hegemônica de profissionais à forte caráter tecnoburocrático nestas organizações. A dimensão técnica ou funcional da organização passa então a primar sob seu projeto político.

A perspectiva de uma economia solidária desaparece assim num primeiro (e longo) momento, assistindo-se no seu lugar ao desenvolvimento

## “ A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização... ”

de uma economia social que torna-se altamente institucionalizada ao longo do século XX – seu papel praticamente se limita aquele de uma espécie de apêndice do aparelho do Estado. As organizações da chamada economia social hoje, na França por exemplo, como alguns grandes bancos, hospitais, ditos cooperativas ou organizações mutualistas, representam grandes estruturas tecnoburocráticas que dificilmente se distinguem, na sua dinâmica de funcionamento, de uma empresa privada ou pública.

Economia solidária e economia social enviam hoje portanto, como ilustra o caso francês, à dois universos distintos de experiências. O termo economia social servindo inclusive a designar, de um ponto de vista jurídico, o universo constituído por quatro tipos organizacionais fundamentais : as cooperativas, as organizações mutualistas, as fundações e algumas formas de associação. É justamente em relação as características atuais assumidas pela economia social que vêm se demarcar a noção de economia solidária, através da afirmação da dimensão política na sua ação. O que nos leva a defini-las como experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais concorrendo ainda com a afirmação de ideais de cidadania. Para Laville (1999), isto implica um processo de “democratização da economia a partir de engajamentos cidadãos”. A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social.

## A ESPECIFICIDADE DA IDÉIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Assim, com a noção de economia solidária, a questão que se coloca é aquela de um novo relacionamento entre economia e sociedade. Se certas características organizacionais particulares (notadamente no que se refere ao aspecto democrático da organização do trabalho) são sublinhadas na apreensão deste termo, trata-se entretanto sobretudo da inscrição sociopolítica das experiências que funda esta noção. Esta é a razão segundo a qual entendemos que, para além de um conceito servindo a identificação de um certo número de experiências apresentando um estatuto diferente daquele da empresa capitalista, a noção de economia solidária envia a uma perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade. Isto em função precisamente da dimensão histórica deste fenômeno e das suas características fundamentais. Portanto, admitir a possibilidade de uma outra forma de regulação da sociedade através da idéia de economia solidária, significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade não centrada nas esferas do Estado e do Mercado.

Este aspecto merece um maior esclarecimento aqui<sup>7</sup>. Defendo a tese de que se elabora uma outra forma de regulação da sociedade através desse fenômeno (mesmo que ainda de forma modesta hoje) pois ele articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação através das suas múltiplas fontes de captação de recursos. Trata-se aqui de um dos traços característicos desse fenômeno que chamo de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não mercantil e não monetária. Pois, nestas iniciativas de economia solidária em geral existe, ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso

7 Conforme já tratamos em outros trabalhos. Ver França (2001a) e (2001b).

mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não mercantil); e, trabalho voluntário (recurso não monetário). Essas experiências lidam portanto com uma pluralidade de princípios econômicos, uma vez que os recursos são oriundos do mercado, do Estado e da sociedade (via uma lógica de dádiva<sup>8</sup>). Mas, além deste aspecto da hibridação de economias, um outro traço característico forte vêm marcar as iniciativas de economia solidária, contribuindo também com a afirmação de um outro modo de regulação da vida de grupos sociais em sociedade – que consideramos inerente a este fenômeno. Trata-se do que chamamos de construção conjunta da oferta e da demanda. Ou seja, diferentemente da lógica da economia de mercado, que funciona na base de uma separação abstrata entre oferta e demanda, no caso da economia solidária a oferta ou os serviços prestados através das iniciativas só assim existem em função de necessidades ou demandas reais vividas localmente pelas populações. O motor portanto da geração de atividades econômicas ou da criação de oferta não é a lógica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo de realização e de atendimento das reais necessidades exprimidas pelos grupos locais. A idéia de economia solidária reflete assim a própria ação desses grupos locais na sua tentativa de auto-geração de riqueza, ou seja, de tentativa de resolução das suas problemáticas sociais.

Na prática pois, o termo economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade<sup>9</sup>. De modo preciso, esse termo fora forjado através dos trabalhos de Jean Louis Laville et Bernard Eme na França no início dos anos 90. Através desta noção, estes autores viviam dar conta da emergência e desenvolvimento recente de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socio-econômicas diversas. São

## “... a emergência de uma economia solidária esta intimamente ligada à problemática de uma exclusão social crescente...”

as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem na maioria dos casos a forma associativa e buscam responder à certas problemáticas locais específicas. Esta expressão “economia solidária” vem assim, num primeiro momento, indicar, de um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade. Do outro lado, sugerir (com estas experiências) a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas.

Busca-se portanto (através desta

noção de economia solidária) uma tentativa de problematização destas novas práticas organizativas à partir de um quadro de referências bem preciso: ou seja, aquele de uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspira amplamente dos trabalhos de Karl Polanyi<sup>10</sup>. Abre-se assim, através dessa noção, uma perspectiva descritiva e compreensiva de pesquisa, reenviando à análise de realizações existentes que, em diferentes partes do mundo, representam hoje milhares de experiências e dezenas de milhares de assalariados e de voluntários implicados (Eme e Laville, 1996).

### CONTEXTO E DELINEAMENTO DE UM FENÔMENO

Enquanto fenômeno então, a emergência de uma economia solidária esta intimamente ligada à problemática de uma exclusão social crescente (que se define cada vez mais enquanto questão urbana), num contexto atual (isto é, que remonta já a mais de

8 Tratamos da temática da dádiva em outros trabalhos. Ver França e Dzimira 1999 e 2000.

9 Estas novas formas de solidariedade fazem alusão a iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, as formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e as formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário. Neste sentido, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, segundo nossa hipótese, pois estas experiências não parecem orientar-se segundo o registro de uma socialidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma socialidade comunitária (Weber), ou ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca estas experiências, sua expressão não parece identificar-se ao registro de um comunitarismo herdado (como consideram A.Caillé e J.-L.Laville) : “na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva à um bem comum do que imposto pelo costume” (prefácio à *Don et économie solidaire*, de Genauto de França e Sylvain Dzimira, Collection La Petite Bibliothèque du MAUSS, Paris, 2000, p.07). Além disso, o caráter inédito destas novas formas de solidariedade reside ainda na afirmação de uma tal dinâmica comunitária no seio de uma sociedade onde as relações relevam primeiro de uma solidariedade orgânica (Durkheim) ou da *Gesellschaft* (sociedade), princípio societário (Tönnies), ou ainda da socialidade societária (Weber). Vale ressaltar ainda que este campo da economia solidária circunscreve um universo específico de experiências neste domínio das novas formas de solidariedade.

10 Em especial, *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, 1983. Nesta obra notável do início da década de 50, Polanyi sustenta que a grande transformação que conhecem as economias ocidentais nos anos 30 reside na reinvenção da economia no social, pela via da regulação da produção e da circulação de riquezas operada pelo Estado-providência, hoje em crise. A “grande transformação” introduzida pela modernidade, quanto à ela, nos parece residir muito mais no processo de autonomização do mercado em relação aos demais princípios do comportamento econômico, como a “administração doméstica”, a “redistribuição” e a “reciprocidade”. Esta ruptura produzida pela modernidade é acompanhada de um “desencantamento do mundo”, de uma objetificação das relações sociais, ou ainda, de uma despersonalização das relações econômicas, que o fenômeno da economia solidária visa justamente à tornar mais humanas.

vinte anos) de crise do Estado-providência<sup>11</sup>. A realidade de uma economia solidária vem assim se posicionar num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-político da sociedade. Estes foram fundados historicamente em torno de duas esferas principais de organização das relações político-econômico-sociais – o Estado e o mercado –, encontrando no trabalho, no sentido moderno do termo, ou seja, na relação salarial, sua estruturação fundamental. Poderíamos assim propor a leitura do contexto atual de uma economia solidária em termos de crise do trabalho, ou melhor, em termos dos limites da chamada sociedade salarial, para retomar o diagnóstico de Robert Castel (1995). Mas, poderíamos ainda diagnosticar esta situação em termos de crise do equilíbrio fordista, para empregar uma expressão mais conhecida. O fenômeno da economia solidária se apresenta portanto, ao nosso ver, numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade (mesmo que de modo ainda modesto no momento presente).

Retornando a definição, para afiná-la, em resumo, diríamos que a emergência de uma economia solidária (ou sua noção) traduz-se por uma florescência de práticas sócio-econômicas na Europa visando à propor (à partir de iniciativas locais) serviços de um tipo novo, designado sob o termo “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”. Esse termo faz alusão a um conjunto de serviços, para alguns, outrora unicamente produzido no seio da esfera doméstica, como ajuda a domicílio, jardinagem, consertos domésticos (bricolage), etc., e para outros, invenção, como é o caso dos serviços que giram em torno da questão da “mediação social” nos bairros, geralmente vinculados à idéia de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local (Laville, 1992). Foram justamente através dos trabalhos de descrição destas práticas/experiências, articulados a elaboração de um modo de compreendê-las, visando à apreensão da singularidade deste fenômeno, que a noção de eco-

## “... a noção de economia popular é utilizada na maioria das vezes para identificar uma realidade heterogênea...”

nomia solidária fora forjada por Laville e Eme no inícios dos anos 90.

Assistimos assim (do ponto de vista das implicações organizacionais) ao nascimento de iniciativas locais portadoras de um caráter novo relativo ao mesmo tempo ao seu modo de funcionamento e sua finalidade. Pois, estas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas com fins de produção do chamado liame social (ou dos laços sociais). As formas assumidas pelas experiências de economia solidária na Europa são bastante diversas: de creches parentais, passando por empresas sociais, sociedades de crédito, até os chamados clubes de troca ou as organizações de auto-produção coletivas<sup>12</sup>.

Em síntese portanto, se o termo economia solidária surge apenas recentemente, entretanto sua característica fundamental (aquela de uma articulação entre dimensões econômica, social e política) encontrava-se já presente nos ideais e práticas da chamada economia social nos seus primórdios, sendo mais tarde esquecidas, conforme tratamos anteriormente. Isto

nos leva a concluir que o projeto atual de uma economia solidária parece refletir uma espécie de reatualização do ideário original da economia social. Ela é talvez, portanto, uma nova economia social.

### A IDÉIA DE ECONOMIA POPULAR, ENTRE FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA E MODOS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVOS DEMOCRÁTICOS – UMA REFERÊNCIA LATINO-AMERICANA

Próprio do contexto latino-americano, que não possui a mesma configuração de Estado social típica da tradição européia, a noção de economia popular é utilizada na maioria das vezes para identificar uma realidade heterogênea, um processo social, que pode ser traduzido pela “aparición e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina” (Razeto, 1991). Os biscates ou ocupações autônomas, as micro-empresas familiares, as empresas associativas, ou ainda, as organizações econômicas populares (OEP), constituem alguns dos exemplos de iniciativas deste universo.

Em se tratando de economia popular, e essa é uma característica fundamental que ao nosso ver merece ser destacada, o registro da solidariedade permanece a base fundamental sob a qual erguem-se, ou melhor, desenvolvem-se as atividades econômicas. Estas iniciativas representam, de um certo modo, um prolongamento das solidariedades ordinárias (isto é, aquelas que se praticam no quotidiana-

11 A problemática da economia solidária aparece amplamente articulada a realidade da chamada nova questão social nos principais países europeus, como é o caso da França em especial. A esse respeito ver, entre outros, os trabalhos de Jacques Donzelot (1991 e 1994) e Pierre Rosanvallon (1995). Nos propomos ainda uma síntese desse debate nos dois primeiros capítulos do nosso trabalho de tese, op.cit..

12 Dada a heterogeneidade de iniciativas neste universo da economia solidária na Europa, e na França em particular, propusemos em trabalhos anteriores uma tipologia das formas de manifestação deste fenômeno. Nesta, consideramos quatro campos principais de iniciativas que denominamos: o comércio justo, as finanças solidárias, as empresas sociais e a economia sem dinheiro. Ver, França (2001b).

# “O mutirão é um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos...”

no mesmo da vida no interior dos grupos primários). Parece residir precisamente neste aspecto, o traço maior característico desta economia popular. Ou seja, ela encontra no tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades.

Dito de outro modo, com o conceito de economia popular trata-se (segundo nosso entendimento) da produção e desenvolvimento de atividades econômicas sob uma base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local – mas que em alguns casos pode até articular-se com o plano institucional, ou seja, nos casos em que o poder público reconhece o saber popular e tenta apoiá-lo sob a forma de assessoria técnica, que na prática acaba funcionando como modo de instrumentalização das experiências populares. A tradição do recurso ao *mutirão* nas práticas de organização e de produção dos grupos populares, muito comum na nossa realidade, pode ser considerado como caso de figura ilustrativo desta articulação entre necessidades (demandas) e saberes (competências). O *mutirão* é um sistema de auto-organização popular e comunitária para a realização e a concretização de projetos. Ele consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos.

## ECONOMIA POPULAR E ECONOMIA INFORMAL COMO EXPRESSÕES DISTINTAS

Se a referência ao tecido social local e suas práticas de reciprocidade como meio de elaboração de atividades econômicas é o que marca ou define a própria idéia de economia popular, reside precisamente neste aspecto a possibilidade de sua distinção em relação a noção de economia informal<sup>13</sup>. De fato, esta distinção deve ser sublinhada<sup>14</sup>. A economia informal assume na maioria dos casos a forma de micro-projetos individuais, conformando uma espécie de simulacro das práticas mercantis oficiais, não apresentando desse modo uma articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral. Entretanto, uma tal distinção aparece, na maioria das vezes, de modo bastante sutil à primeira impressão: economia informal e economia popular sendo comumente percebidas como expressões sinônimas. E isto em razão do caráter de movimento multiforme próprio a idéia de economia popular. Esta compreende um leque amplo de iniciativas socio-econômicas, mais ou menos auto-centradas ou heterocentradas (voltada para fora dela própria enquanto organização), isto é, oscilando de simples formas de sobrevivência dos mais pobres até a idéia de modos de organização democráticos, dito de outro modo, abertos sobre o espaço público – este é particularmente o caso de um certo número de experiências de associação e de “cooperativização” encontradas hoje.

Os desafios em torno deste universo da economia popular tornam-se mais claros através do debate oposto de um lado, uma visão que o associa (ou melhor, o reduz) a idéia de uma estratégia de sobrevivência (o que significa interpretá-la enquanto amortecedor dos efeitos da crise), e, do outro lado, sua compreensão enquanto motor do desenvolvimento.

Neste sentido, é o próprio debate sobre a noção de desenvolvimento que está em questão. A capacidade que terá esta economia popular a se constituir como um setor ao mesmo tempo autônomo e interdependente relativamente as esferas dominantes (Estado e mercado) está intimamente ligado, ao nosso ver, à formulação de uma visão de desenvolvimento que possa assentar-se sobre uma concepção plural da economia<sup>15</sup>. Porém, não nos encontramos exatamente neste quadro. As concepções dominantes do desenvolvimento, cuja ênfase se coloca sobre a centralidade do mercado (onde a idéia de crescimento econômico é privilegiada), atribuem a esta economia popular um lugar bastante subordinado na dinâmica socio-econômica mais geral, sendo sua representação comumente associada a idéia de uma espécie de “economia dos centavos”, ou uma “economia dos pobres”, destituída portanto de um alcance transformador maior.

A esse respeito torna-se instrutivo observar-mos como certos discursos se re-elaboram (sobretudo no seu sentido mais retórico) na busca de novos padrões de legitimidade face as transformações em curso. Esse é par-

<sup>13</sup> Para uma apreciação mais detida acerca desta noção ver B.Lautier (1994) e Kraychete (2000).

<sup>14</sup> Do mesmo modo que aquela entre economia popular e economia subterrânea ou oculta. Esta funciona na maioria dos casos sob o registro da violência: trata-se em geral de formas de organização despóticas repousando sob modos específicos de solidariedade. Este esforço de distinção conceitual é particularmente importante de desenvolver, pois alguns poderiam enxergar na organização do tráfico de drogas em certas favelas cariocas por exemplo, os sinais de manifestação de uma economia popular.

<sup>15</sup> Nossa discussão sobre a idéia de economia plural se coloca em termos de revisão dos pressupostos habituais de explicação acerca do caráter e natureza da atividade econômica, particularmente aquele que a reduz a idéia de (ou ao princípio do) mercado auto-regulado. Nós nos posicionamos aqui numa perspectiva de antropologia econômica, especialmente inspirada dos trabalhos de K.Polanyi. Sobre esse ponto ver França (2001a e 2001b).

**“...para o Banco Mundial, a economia informal, antes “carregada de todos os vícios”, agora está “no centro da luta contra a pobreza”.”**

icularmente o caso da visão dos economistas mais convencionais (de inspiração neo-clássica em geral) que sempre desconheciam essa distinção entre economia informal e economia popular, desprovidos como habitualmente o são de uma visão sociopolítica dos fenômenos produtivos. Pensando economia informal e economia popular do mesmo modo, mas privilegiando a primeira rubrica, a perspectiva liberal tem elaborado novas estratégias em relação a esta questão, tal como aparece recentemente no discurso de certas instituições internacionais. A esse respeito, a observação lançada por B.Lautier (1995) parece particularmente esclarecedora do jogo político subjacente a essa discussão. Para este autor, depois que as grandes instituições financeiras internacionais (tais como FMI e Banco Mundial) se deram conta dos limites do mercado na sua capacidade a satisfazerem necessidades, a imagem de uma economia informal “que estava carregada de todos os vícios” (fraca produtividade, baixos níveis de rendimento, evasão fiscal, condições de trabalho penosas, ausência de proteção social, etc.), subitamente ampara-se de todas as virtudes (motor de geração de empregos e de rendas, substituto de um Estado à bancarrota, lugar de desenvolvimento da solidariedade, etc.). “Ela está, para o Banco Mundial, no centro da luta contra a pobreza”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir portanto considerando que as diferenças entre esses termos estão relacionadas ao próprio contexto, ou lugar sócio-histórico onde foram elaborados. A banalização do termo terceiro setor deve-se desse modo a própria influência política e cultural do contexto norte americano que se impõe sobre o resto do mundo hoje.

Parece-nos instrutivo notar assim que cada termo sugere uma abordagem específica sobre o papel dessas organizações que não são nem públicas nem privadas. O que nos parece problemático pois no conceito de terceiro setor muito largamente empregada? Em primeiro lugar, conforme abordamos, a perspectiva anglo-saxônica pensa a solidariedade muito nos termos da filantropia, que representa apenas uma forma específica de manifestação solidária. O que torna ausente nessa visão toda possibilidade de compreensão das mais diversas formas de auto-ajuda, de reciprocidade, assim como a própria lógica da dádiva, que aparecem muito presentes na manifestação dos fenômenos de solidariedade em contextos os mais diversos<sup>16</sup>.

Em segundo lugar, o que nos parece também problemático na definição habitual de terceiro setor diz respeito a ênfase atribuída ao suposto caráter funcional que deve ocupar este espaço de atividades e iniciativas. Daí o fato mesmo dele ser qualificado de “setor”. Um “setor” a parte, terceiro portanto, que viria representar uma forma de ajuste do sistema capitalista mais geral que seria, dentro dessa visão, constituído fundamentalmente pelo Estado e pelo mercado. Neste modo de visão funcionalista o papel do terceiro setor aparece portanto subordinado as duas outras esferas. Seu sentido é o de preenchimento das lacunas abertas deixadas pelo Estado e mercado na sua capacidade de satisfazer necessidades. Seu papel portanto é suplementar na economia e ele existe à reboque dessas duas instâncias principais.

Trata-se aqui de um ângulo de visão privilegiando largamente um enfoque econômico de análise do terceiro setor, que reflete apenas uma realidade parcial desse âmbito de experiências. Isto implica dizer que, se a expressão terceiro setor não deve ser abolida, sua compreensão pode ser complexificada. O termo terceiro setor convida, segundo nosso entendimento, a sua desconstrução, isto é, a elaboração de novos modos de interpretá-lo. Dito de outro modo, para além de uma abordagem funcionalista ou economicista do terceiro setor, parece-nos bastante instrutivo a adoção de uma perspectiva ou de um enfoque socio-político. Neste caso, devemos considerar esse espaço que não é nem mercantil nem estatal, como um componente do espaço público. Isto sugere uma idéia revolucionária, segundo a qual as atividades econômicas devem ser pensadas também como um problema de sociedade - um problema de espaço público. Desse modo pretende-se revisitar o sentido original da própria idéia de economia. Essa é particularmente uma das formas de colocar a questão da economia solidária, conforme discutimos em outro texto (França, 2001b).

Dentro desse enfoque de visão, não se trata pois de considerar o terceiro setor como um setor independente, a parte, com uma função apenas de ajuste social dentro do sistema, mas de “um espaço intermediário na interseção do Estado, do mercado e do setor informal. Religando esses diferentes espaços, combinando diversos recursos e racionalidades sociais, ele se caracteriza pela diversidade dos modos de hibridação implantados pelas associações que o constituem” (Evers, 2000:567). Nesta outra perspectiva de compreensão do terceiro setor, tenta-se sublinhar a vocação de muitas dessas iniciativas a interagir com as esferas do Estado e do mercado (no lugar de constituírem

<sup>16</sup> Para uma discussão específica sobre a lógica da dádiva articulada a noção de economia solidária, ver França e Dzimirá 1999 e 2000.

um setor independente – mais um), entretanto numa perspectiva de subordinação da lógica mercantil ou burocrática ao projeto associativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHAMBAULT, E., Le secteur sans but lucratif en France, ed. Economica, Paris, 1996.

BORZAGA, C., Il terzo sistema : una nuova dimensione della complessità economica e sociale, Padoue, Padova Fondazione Zancan, 1991.

CASTEL, R., Les metamorphoses de la question social. Une chronique du salariat, ed. Fayard, Paris, 1995.

CAILLE, A., Anthropologie du don, le tiers paradigme, col. Sociologie économique, ed. Desclée de Brouwer, Paris, 2000.

DONZELOT, J. (org.), Face à l'exclusion: le modèle français, ed. Esprit, Paris, 1991.

EVERS, A., "Les dimensions socio-politiques du tiers secteur – Les contributions européennes sur la protection sociale et l'économies plurielles", in Revue Sociologie du travail, n.4, vol.42, Paris, oct.-dec. 2000.

FERNANDES, R.C., Privado porém público – o terceiro setor na América Latina, ed. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1994.

FRANÇA, G. e DZIMIRA, S., Don et économie solidaire, Collection La Petite Bibliothèque du MAUSS, Paris, 2000

\_\_\_\_\_, "Economia solidária e dádiva", Revista Organizações e Sociedade, v.6, n.14, EAUFB, Salvador, jan./abr. 1999.

FRANÇA, G. (a), Sociétés en mutation et nouvelles formes de solidarité: le phénomène de l'économie solidaire en question – l'expérience des *régies de quartier* au carrefour de logiques diverses, These de doctorat en sociologie, Université Paris VII, Janvier, 2001.

\_\_\_\_\_ (b), «Novos arranjos organizacionais possíveis ? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos)», Revista Organizações e Sociedade, EAUFB, Salvador, v.8, n.20, jan/abril 2001.

\_\_\_\_\_, "L'économie solidaire au Brésil", in: Revue du GERFA (Groupe d'études et recherche sur le fait associatif), n.2, premier semestre 2001, Paris.

LAVILLE, J.-L. e EME, B., "Pour une approche pluraliste du tiers secteur", in Mana, Revue de Sociologie et d'Anthropologie, Presses Universitaires de Caen, n.7 (dossier : "France/Brésil - Politiques de la question sociale"), premier semestre 2000a, p.166.

\_\_\_\_\_, "Qu'est-ce que le tiers secteur ?", in La Revue du MAUSS semestrielle n.16 (*L'autre socialisme - entre utilitarisme et totalitarisme*), second semestre 2000b.

\_\_\_\_\_, "Economie plurielle, économie solidaire : précisions et compléments", in La Revue du MAUSS semestrielle, n.7 (*vers un revenu minimum inconditionnel*), La Découverte, Paris, 1996.

LAVILLE, J.-L., Les services de proximité en Europe, Paris, ed. Syros, 1992.

\_\_\_\_\_, "Economie et solidarité: esquisse d'une problématique", in: L'économie solidaire, une perspective internationale, Laville (org.), col. Sociologie économique, ed. Desclée de Brouwer, Paris, 1994.

\_\_\_\_\_, Une troisième voie pour le travail, col. Sociologie économique, ed. Desclée de Brouwer, Paris, 1999.

\_\_\_\_\_, "Le tiers secteur, un objet d'étude pour la sociologie économique", in Revue Sociologie du Travail, n.4, vol.42, Paris, oct.-dec. 2000.

LAUTIER, B., L'économie informelle dans le tiers monde, collection repères, La Découverte, Paris, 1994.

\_\_\_\_\_, "L'économie informelle: ultime chance du développement ?", in: Cahiers marxistes (CM), n°199, Bruxelles, juillet-août, 1995, p.17.

NYSENS, M., «Les approches économiques du tiers secteur – Apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néo-classique», Sociologie du Travail, n.4, vol.42, octobre-décembre 2000.

POLANYI, K., La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps, Gallimard, Paris, 1983.

RAZETO, L., "La veine populaire dans l'économie latino-américaine", La Revue Nouvelle, n°2, tome XCIII, février 1991

ROSANVALLON, P., La nouvelle question sociale – Repenser l'Etat-providence, ed. Seuil, Paris, 1995.

SALOMON, L. et ANHEIER, H., "In search of nonprofit sector : the quest for definition's, Voluntas, Vol.3, n°2, 1992, p.267-311.

### UNIFACS DCSA 2/CEDRE

#### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

## PROJETOS DE PESQUISA EM ELABORAÇÃO PELO CORPO DOCENTE 2001

Nome do Professor	Título da Pesquisa
1. Alcides dos Santos Caldas	"O sistema de denominações de origem como estratégia de desenvolvimento do território baiano"
2. Aloísio da Franca Rocha Filho	"Mídia, informação e turismo em Salvador"
3. Débora de Lima Nunes Sales	"Desenvolvimento local, participação popular e economia solidária"
4. Fernando Cardoso Pedrão	"A economia do comércio na Bahia: fundamentos, organização e condições operacionais"
5. Noélio Dantaslé Spinola	"A economia baiana no século XX – Uma revisão histórica"
5. Pedro de Almeida Vasconcelos	"Análise intra-urbana de Salvador"
7. Regina Celeste de Almeida Souza	"Potencial turístico e territorialidade no Estado da Bahia"
8. Rossine Cerqueira da Cruz	"Desenvolvimento tecnológico e sistema estadual de inovação – O caso da Bahia"
9. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva	"Informação, participação e desenvolvimento territorial"